



CONCURSO PÚBLICO PPEF MUNICIPAL DE CONTAGEM

Edital PMC Nº D3/2019 e Ratificações

CARGO: AUDITOR FISCAL - ESPECIALIDADE FISCALIZAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A prova terá, no máximo, **6h (seis horas)** de duração, incluído o tempo destinado à transcrição do gabarito na Folha de Respostas, único documento válido para correção.
2. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais na Folha de Respostas, em especial seu nome e o número do documento de identidade.
3. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato ou por qualquer outro dano.
4. O candidato só poderá se retirar do recinto após **1 (uma) hora**, contada a partir do efetivo início da prova.
5. Este caderno contém 75 questões de múltipla escolha, assim distribuídas:
 - Língua Portuguesa: 5 questões (numeradas de 01 a 05);
 - Matemática e Lógica: 8 questões (numeradas de 06 a 13);
 - Sistemas e Tecnologia da Informação: 10 questões (numeradas de 14 a 23).
 - Economia, Finanças Públicas, Ética: 5 questões (numeradas de 24 a 28).
 - Auditoria: 7 questões (numeradas de 29 a 35).
 - Direito (Administrativo, Constitucional, Penal e Empresarial): 10 questões (numeradas de 36 a 45).
 - Legislação Tributária do Município: 10 questões (numeradas de 46 a 55).
 - Direito Tributário: 8 questões (numeradas de 56 a 63).
 - Contabilidade Geral e Pública: 12 questões (numeradas de 64 a 75).
6. Cada questão apresenta 5 alternativas, de (a) a (e). O candidato deverá lê-las, atentamente, antes de respondê-las.
7. Caso o Caderno não corresponda ao cargo de inscrição, esteja incompleto ou com defeito, o candidato deverá solicitar ao aplicador, durante os primeiros **20 minutos**, as providências cabíveis.
8. O candidato deverá entregar ao aplicador este Caderno de Provas e a Folha de Respostas.
9. O candidato passará o Gabarito para a Folha de Respostas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.

ATENÇÃO: FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.

A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Nome do candidato

Por favor, abra somente quando autorizado.



O GABARITO E O CADERNO DE PROVAS SERÃO DIVULGADOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:
concurso.fundacaocefetminas.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

AS QUESTÕES DE 01 A 04 SE REFEREM AO TEXTO A SEGUIR.

A flor e a náusea

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações
e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem
ênfase.

Vomitam esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do
tráfego.

Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas
da tarde e lentamente passo a mão nessa forma
insegura.

Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar,
galinhas em pânico.

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo
e o ódio.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987. p. 13-14.

QUESTÃO 01

Considerando a interpretação desse poema em sua totalidade, a flor que nasceu na rua representa

- a) um sentimento reprimido do eu lírico.
- b) um alerta sobre a potência da natureza.
- c) um consolo aos que perderam um amor.
- d) uma esperança frágil em meio à desilusão.
- e) uma manifestação de amor à capital do país.

QUESTÃO 02

Por trazer à tona a visão subjetiva do eu lírico sobre o seu meio, a função da linguagem predominante no poema é a

- a) fática.
- b) emotiva.
- c) poética.
- d) apelativa.
- e) metalinguística.

QUESTÃO 03

Nos versos transcritos, todas as palavras em destaque estão sujeitas à mesma regra de acentuação, **EXCETO**

- a) “Olhos sujos no **relógio** da torre.”
- b) “Vomitar esse **tédio** sobre a cidade.”
- c) “Porém meu **ódio** é o melhor de mim.”
- d) “Ração diária de erro, **distribuída** em casa.”
- e) “Façam completo **silêncio**, paralitem os negócios,”

QUESTÃO 04

De acordo com a norma-padrão, a ênclise, colocação do pronome após o verbo, é obrigatória somente no seguinte verso:

- a) “Melancolias, mercadorias espreitam-me.”
- b) “O tempo pobre, o poeta pobre / fundem-se no mesmo impasse.”
- c) “Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde”
- d) “Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.”
- e) “Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.”

QUESTÃO 05

No artigo 37 da Constituição Federal há um princípio do qual decorrem dois aspectos: o primeiro indica a obrigatoriedade de que a administração pública tenha como norte o interesse público; o segundo determina a abstração da subjetividade.

Esse princípio constitucional, segundo o *Manual de Redação da Presidência da República*, justifica que a redação oficial deve ter como atributo(s)

- a) a concisão.
- b) a objetividade.
- c) a impessoalidade.
- d) a clareza e a precisão.
- e) a formalidade e a padronização.

MATEMÁTICA E LÓGICA

QUESTÃO 06

Analisando os valores mensais arrecadados com impostos em um município, percebeu-se que eles poderiam ser matematicamente modelados por uma função cujo gráfico é uma parábola com concavidade voltada para cima.

Dentre as funções mostradas a seguir, a que possui um gráfico que é uma parábola com concavidade voltada para cima está corretamente indicada em

- a) $F(x) = 10$
- b) $F(x) = 32x + 47$
- c) $F(x) = -5x + 101$
- d) $F(x) = 23x^2 + 8x + 29$
- e) $F(x) = -53x^2 + 923x + 4$

QUESTÃO 07

A legislação municipal estabelece que, quando um contribuinte paga algum imposto em atraso, deve ser pago não apenas o valor do imposto, mas também deve haver a cobrança de juros compostos a uma taxa de 0,03% ao dia, cobrados pelo período de atraso do pagamento.

Se um contribuinte devia pagar um imposto no valor de R\$ 358,27 e realizou o pagamento com 5 dias de atraso, o valor que ele deve efetivamente pagar pode ser corretamente calculado pela expressão

- a) $\frac{358,27 \cdot 0,03 \cdot 5}{100}$
- b) $358,27 + \frac{358,27 \cdot 0,03 \cdot 5}{100}$
- c) $358,27 \cdot 1,0003$
- d) $358,27 \cdot (1+0,03)^5$
- e) $358,27 \cdot (1+0,0003)^5$

QUESTÃO 08

Analise o seguinte diálogo.

- Então o senhor vem aqui na feira todo dia para vender seus produtos.
- Todo dia não, só venho de segunda a sexta.
- E o senhor também paga todos os tributos?
- Com certeza.
- Mas segundo nossos registros, o senhor se esqueceu de realizar o pagamento referente às vendas da segunda passada. Quantas sacas o senhor vendeu na segunda passada?
- Não foi muito não. Eu lembro que trouxe minha produção no meu caminhão na segunda e vendi muito pouco nesse dia. Na terça vendi o dobro do que vendi na segunda. Na quarta só vendi 3 sacas, foi muito ruim esse dia. Na quinta a coisa melhorou e vendi 20 sacas. Mas bom mesmo foi na sexta. Só na sexta vendi o mesmo tanto que tinha vendido no resto da semana.
- Sinto muito, meu senhor, mas preciso saber quantas sacas o senhor vendeu na segunda, o senhor tem isso anotado?
- Cheguei na segunda com 87 sacas e na sexta, após todas as vendas, tinham apenas 11 sacas no caminhão. Só anotei isso.

Com base nesse diálogo, é correto concluir que a quantidade de sacas vendidas na segunda-feira foi de

- a) 4.
- b) 5.
- c) 9.
- d) 18.
- e) 26.

QUESTÃO 09

A câmara de vereadores aprovou uma lei que isenta as empresas de todos os tributos municipais durante 3 dias em cada mês. Segundo essa lei, as empresas devem informar previamente à fiscalização tributária municipal quais dias do mês ela irá usufruir dessa isenção, sendo essa informação chamada de “opção”. Uma empresa é totalmente livre para escolher qual das várias opções possíveis será a escolhida por ela.

Nesse caso, a quantidade de opções possíveis que uma empresa que trabalha todos os dias pode informar em um mês de 31 dias é corretamente calculada pela expressão

- a) $3!$
- b) $31!$
- c) $\frac{31!}{3!}$
- d) $\frac{31!}{28!}$
- e) $\frac{31!}{3! \cdot 28!}$

QUESTÃO 10

Um país, querendo proteger suas indústrias, cria uma taxa extra de importação de certo produto proveniente de alguns países. Para a cobrança dessa taxa extra, deve-se, inicialmente, determinar a média mensal do número de unidades vendidas no ano anterior para, a seguir, cobrar a taxa sobre o valor excedente deste valor.

A quantidade de unidades vendidas por uma empresa sujeita a essa taxa no ano anterior à sua decretação foi:

Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Quantidade (Unidades)	23	42	35	21	37	42	50	65	75	38	22	78

A média mensal do número de unidades vendidas por essa empresa foi de

- a) 40.
- b) 42.
- c) 44.
- d) 46.
- e) 48.

QUESTÃO 11

Ao analisar os valores mensais pagos em impostos pelos contribuintes, percebeu-se que um contribuinte em particular apresentava o maior desvio padrão de toda a base de dados.

Isso significa que, em toda base de dados, os valores mensais pagos por esse contribuinte eram os mais

- a) altos.
- b) baixos.
- c) dispersos.
- d) estranhos.
- e) constantes.

QUESTÃO 12

Um município possui 2.000 empresas cadastradas, sendo que 1.800 delas pagam todos os seus tributos em dia. A fiscalização tributária irá colocar o nome de todas elas em uma urna e sortear uma primeira empresa para ser fiscalizada, sendo que todas têm a mesma probabilidade de serem escolhidas. A seguir, sem retornar o nome da primeira empresa sorteada para a urna, será sorteada uma segunda empresa para ser fiscalizada, sendo que todas as empresas com nome na urna têm a mesma probabilidade de serem escolhidas.

Nessas condições, a probabilidade de sortear duas empresas para fiscalização, sendo que ambas estão com seus tributos pagos em dia, pode ser calculada corretamente pela expressão

- a) $\frac{1799}{1999}$
- b) $\frac{1800}{2000}$
- c) $2 \cdot \frac{1800}{2000}$
- d) $\left(\frac{1800}{2000}\right)^2$
- e) $\frac{1800}{2000} \cdot \frac{1799}{1999}$

QUESTÃO 13

A arrecadação diária de um município pode ser modelada pela função

$$F(x) = 0,08x^4 + 0,2x^3 + 3x^2 + 5x + 70$$

A partir desse dado, é correto afirmar que a taxa de variação instantânea dessa função para $x = 10$ é de

- a) 135.
- b) 445.
- c) 471.
- d) 1.420.
- e) 4.520.

SISTEMAS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUESTÃO 14

O recurso **Histórico de Arquivos**, do *Windows 10*, permite realizar cópias de segurança (*backup*) de arquivos.

Considerando-se que esse recurso esteja ativado, uma maneira correta de exibir as versões anteriores de um arquivo, utilizando o Explorador de Arquivos, é clicar com o botão direito do *mouse* sobre o arquivo e, em seguida, clicar em

- a) Listar histórico.
- b) Descompactar arquivo.
- c) Exibir versões anteriores.
- d) Exibir histórico de arquivo.
- e) Restaurar versões anteriores.

QUESTÃO 15

Um usuário, utilizando o Explorador de Arquivos do *Windows 10*, deseja encontrar os arquivos que estão localizados dentro da pasta **Documentos** e que foram modificados no dia anterior.

Uma maneira correta de encontrar tais arquivos é selecionar a pasta **Documentos** e, na Caixa de Pesquisa, digitar

- a) modificados ontem
- b) modificados:ontem
- c) modificados:hoje - 1
- d) modificados:data - 1
- e) datademodificação:ontem

QUESTÃO 16

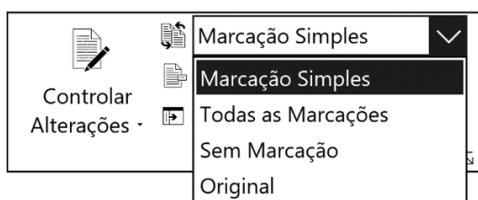
Um usuário, utilizando o *Windows 10* em um computador, abriu a caixa de diálogo **Propriedades da Lixeira**, clicando com o botão direito do *mouse* sobre a Lixeira na Área de Trabalho.

A esse respeito, é correto afirmar que essa caixa de diálogo permite ao usuário

- a) modificar o ícone da Lixeira.
- b) renomear os arquivos que estão na Lixeira.
- c) limitar a quantidade de espaço ocupado pela Lixeira no dispositivo de armazenamento.
- d) exibir as versões dos arquivos que estão na Lixeira.
- e) definir os usuários que poderão enviar arquivos para a Lixeira.

QUESTÃO 17

O recurso de **Controlar Alterações**, do *Microsoft Word 2016*, permite a um usuário controlar as modificações em um documento texto. A imagem a seguir apresenta uma lista de opções, acessíveis no grupo **Controle** da guia **Revisão**, que permite a um usuário escolher a forma como alterações no documento serão visualizadas.



Fonte: Captura de tela parcial do *Microsoft Word 2016*.

Associe corretamente a opção à sua respectiva função.

OPÇÕES

- (1) Todas as marcações
- (2) Sem marcação
- (3) Original

FUNÇÕES

- () Exibir os detalhes de todas as alterações.
- () Exibir o documento como se todas as alterações tivessem sido removidas.
- () Exibir o documento como se todas as alterações se tornassem permanentes.

A sequência correta dessa associação é

- a) 1, 2, 3.
- b) 1, 3, 2.
- c) 2, 3, 1.
- d) 3, 1, 2.
- e) 3, 2, 1.

QUESTÃO 18

Avalie as afirmações a seguir a respeito da utilização de **Estilos** no *Microsoft Word 2016*.

I - O mesmo Estilo pode ser aplicado a diferentes parágrafos.

II - O *Microsoft Word* permite que o usuário crie seus próprios estilos.

III - O tipo de estilo **Caractere** afeta a aparência do texto, incluindo o tamanho da fonte e a orientação de página.

IV - O tipo de estilo **Parágrafo** afeta a aparência do texto, incluindo o tamanho da fonte e o espaçamento entre linhas.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) I, II e IV.

QUESTÃO 19

Considere que a seguinte planilha foi elaborada no *Microsoft Excel* 2016, instalado em um computador com *Windows* 10.

	A	B
1	B	
2	B	
3	C	
4	B	
5	B	
6	A	
7	A	
8		

As colunas da planilha estão identificadas pelas letras A e B, no topo da imagem, e as linhas pelos números de 1 a 8, no canto esquerdo da imagem.

Após inserir a função **=CONT.SE(A1:A7;SE(A1="A";"A";"B"))** na célula A8, será exibido, nessa célula, o número

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 6

QUESTÃO 20

Considere que a seguinte planilha foi elaborada no *Microsoft Excel* 2016, instalado em um computador com *Windows* 10.

	A	B
1	1	
2	2	
3	3	
4	4	
5	5	
6		

As colunas da planilha estão identificadas pelas letras A e B, no topo da imagem, e as linhas pelos números de 1 a 6, no canto esquerdo da imagem.

Após inserir a função **=MAIOR(A1:A5;4)** na célula A6, será exibido, nessa célula, o número

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

QUESTÃO 21

Suponha que uma entidade **R** (remetente) deseja enviar uma mensagem **m** para outra entidade **D** (destinatário) utilizando a internet. Para se comunicarem, **R** e **D** utilizam criptografia de chave pública. **R+** e **R-** são as chaves pública e privada de **R**, respectivamente, e **D+** e **D-** são as chaves pública e privada de **D**, respectivamente.

A partir dessa situação, avalie o que se afirma.

I - Se **R** utilizar **D+** para criptografar **m**, então **D** poderá utilizar **D-** para decriptar **m**.

II - Se **R** utilizar **R+** para criptografar **m**, então **D** poderá utilizar **D-** para decriptar **m**.

III - Se **R** utilizar **R-** para criptografar **m**, então **D** poderá utilizar **R+** para decriptar **m**.

IV - Se **R** utilizar **D-** para criptografar **m**, então **D** poderá utilizar **R+** para decriptar **m**.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÃO 22

Uma pessoa, utilizando a ferramenta de busca na internet do Google, disponível em www.google.com, deseja encontrar apenas arquivos do tipo **pdf** que não contenham as palavras **concurso público**, exatamente nesta ordem, e que contenham a palavra **Edital**.

Para isso, é correto afirmar que, na caixa de pesquisa do Google, pode ser digitado

- a) Edital -concurso público pdf
- b) Edital -concurso –público pdf
- c) Edital -"concurso público" pdf
- d) Edital -concurso público filetype:pdf
- e) Edital -"concurso público" filetype:pdf

QUESTÃO 23

Um código malicioso é um programa desenvolvido para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador. Um dos tipos de códigos maliciosos permite o retorno de um invasor a um computador comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim.

Esse tipo de código malicioso denomina-se, corretamente,

- a) *Spam*.
- b) *Phishing*.
- c) *Backdoor*.
- d) *Brute force*.
- e) *Frontdoor*.

ECONOMIA, FINANÇAS PÚBLICAS, ÉTICA

QUESTÃO 24

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A alocação dos recursos na oferta dos “bens públicos puros” só ocorrerá por meio da interferência governamental

PORQUE

II - a característica da individualidade desses bens inviabiliza sua oferta pelo setor privado, que seguramente não conseguiria vendê-los no mercado.

A respeito das asserções é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 25

O empenho é legalmente definido como o ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, sendo que há modalidades diferentes de empenho.

Quando “é sabido o valor exato da despesa, mas o pagamento será parcelado à medida que o serviço é prestado”, a modalidade que representa essa situação é a denominada empenho

- a) fixo.
- b) global.
- c) ordinário.
- d) determinado.
- e) por estimativa.

QUESTÃO 26

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - O Poder Executivo poderá, durante o exercício, abrir créditos suplementares sem que tenha que recorrer ao Legislativo a cada caso de retificação,

DESDE QUE

II - a lei orçamentária autorize previamente que o Executivo usufrua de créditos suplementares.

A respeito das asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 27

Sob o projeto de lei orçamentária anual, pode-se apresentar emenda que altera a estimativa da receita, caso a mesma indique os recursos compensatórios necessários, seja por acréscimo da receita ou readequação de despesas.

A sequência que apresenta as modalidades de emendas à despesa está corretamente indicada em

- a) legal / transferência / compensatória.
- b) derivação / cancelamento / adjudicação.
- c) transitória / remanejamento / derivação.
- d) compensatória / readequação / comutação.
- e) apropriação / cancelamento / remanejamento.

QUESTÃO 28

Considerando-se que o servidor público deverá pautar seus atos e condutas conforme os preceitos constitucionais, associe corretamente o princípio ao cerne do seu objetivo.

PRINCÍPIOS

- (1) Eficácia
- (2) Impessoalidade
- (3) Legalidade
- (4) Moralidade
- (5) Publicidade

CERNES DOS OBJETIVOS

- () Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- () Objetiva oportunizar que haja um maior controle social.
- () A imagem de administrador público não deve ser identificada na prática dos seus atos.
- () A transparência deverá ser a tônica dos atos públicos.

A sequência correta dessa associação é

- a) 4, 1, 3, 5.
- b) 3, 5, 2, 5.
- c) 1, 5, 3, 4.
- d) 3, 1, 2, 4.
- e) 4, 3, 3, 2.

AUDITORIA

QUESTÃO 29

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Sistemas de controle interno bem planejados são a garantia plena de prevenção de fraudes e de erros de atos não intencionais

PORQUE

II - um planejamento bem construído dos controles internos irá delinear a segregação de operações em fases distintas, confiando a diferentes agentes públicos a execução das mesmas.

A respeito das asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 30

Para a auditoria, a finalidade da evidência consiste na obtenção suficiente de elementos para sustentar a emissão de opinião do auditor.

A esse respeito, é correto afirmar que as evidências são classificadas como

- a) amostral / objetiva / subjetiva.
- b) fonte / forma / tipo de prova.
- c) tipo de prova / objetiva / subjetiva.
- d) forma / finalidade / contextual.
- e) refutação / contextual / amostral.

QUESTÃO 31

O controle interno dos municípios tem sua importância atestada, seja pelos seus dignos objetivos, seja pela sua contribuição com fins a evitar apontamentos de não conformidade por parte do parecer do Tribunal de Contas que, quando submetido a julgamento das contas municipais, só pode ser rejeitado pela Câmara Municipal por decisão de um percentual de seus membros equivalente a

- a) 33%.
- b) 50%.
- c) 67%.
- d) 75%.
- e) 90%.

QUESTÃO 32

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Ao determinar o tamanho da amostra, o auditor deve considerar o risco de amostragem, assim como os erros toleráveis e os esperados, pois o tamanho da amostra é afetado pelo nível do risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar

PORQUE,

II - quanto mais alto o risco que o auditor estiver disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

A respeito das asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 33

A auditoria baseada em risco permite ao auditor delinear um programa capaz de testar, de forma detalhada, os controles mais importantes.

Para estabelecer o grau de priorização dos trabalhos, a partir da filosofia do risco, os fatores que devem ser analisados são

- a) eficácia / formalidade / prudência.
- b) eficácia / recorrência / tempestividade.
- c) criticidade / materialidade / relevância.
- d) alcance / materialidade / potencialidade.
- e) criticidade / formalidade / tempestividade.

QUESTÃO 34

Acerca do Sistema Municipal de Controle Interno de Contagem, **NÃO** se coaduna com o ordenamento jurídico a afirmação de que

- a) o Plano Anual de Auditoria, elaborado anualmente pela Controladoria-Geral do Município, será aprovado pela Auditoria-Geral do Município mediante ato normativo próprio.
- b) todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do município, relacionados às atividades de controle interno, ficam subordinados tecnicamente à Controladoria Geral do Município.
- c) o acordo de resultados será celebrado anualmente mediante contrato de gestão pactuado entre o chefe do Executivo Municipal, o Controlador Geral do Município, o Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e as áreas finalísticas e meio da Controladoria Geral do Município.
- d) os responsáveis pelas atividades de controle interno, ao tomarem ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, darão ciência à Controladoria Geral do Município, sob pena de responsabilidade solidária.
- e) a matriz de risco será elaborada e publicada, no mínimo, a cada dois anos, considerando-se os elementos e os fatores de gestão de riscos inerentes a sua área, para que esta sirva de instrumento de planejamento, direcionamento e mitigação dos riscos de controle interno das suas ações para o próximo biênio.

QUESTÃO 35

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - O auditor realiza o exame de documentos originais, com foco em verificar a autenticidade, a normalidade, a aprovação e o registro das operações; contudo, pelo fato de em alguns casos haver um número expressivo de documentos, faz-se o uso da amostragem para a escolha dos documentos que servirão de base para a sua análise

PORQUE,

II - para evitar o grande volume de documentos e dar outra forma ao trabalho, o auditor utiliza papéis de trabalho para registrar os resultados alcançados e comprovar o trabalho executado.

A respeito das asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

DIREITO (ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL, PENAL E EMPRESARIAL)

QUESTÃO 36

Avalie o que se afirma sobre a Lei de Licitações nº 8.666/93.

I - É dispensável a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrada pela crítica especializada ou pela opinião pública.

II - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício

ou de equipamento, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) para os seus acréscimos.

III - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

IV - A critério da autoridade competente, em cada caso e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

QUESTÃO 37

Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma sobre a Lei Federal nº 8.112/90.

() Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

() O tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão público é contado de forma cumulativa.

() Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

() A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão do processo administrativo disciplinar, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo originário.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

- a) V, F, V, V.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, F, V.
- d) F, V, F, F.
- e) V, V, F, F.

QUESTÃO 38

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, analise as asserções a seguir.

I - O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta Lei até o limite do valor da herança

PORQUE,

II - na condição de sua posse e exercício, o agente público deverá, obrigatoriamente, apresentar declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

A respeito das asserções é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 39

Considere a seguinte situação hipotética.

Lei complementar municipal instituiu o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Anos depois, a lei ordinária daquela municipalidade alterou dispositivos da referida lei complementar.

Com base nessa situação, é correto afirmar que a alteração realizada é

- a) inconstitucional, vez que lei ordinária não pode disciplinar matéria tributária sem expressa previsão constitucional.
- b) inconstitucional, vez que a instituição de ISS ocorre por lei complementar federal em razão da exigência de maior *quórum* para sua aprovação.

c) inconstitucional, vez que o campo material destinado às leis ordinárias é apenas residual.

d) constitucional, vez que a instituição do ISS ocorre por lei ordinária e o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou acerca da inexistência de hierarquia entre leis ordinária e complementar.

e) constitucional, vez que a utilização de lei ordinária ou complementar para a instituição de ISS é questão controvertida na doutrina, razão pela qual se admitem ambas para tal finalidade.

QUESTÃO 40

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Para a Fazenda Pública e seus servidores, admitem-se solicitações de compartilhamento de informações pela autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação por prática de infração administrativa

PORQUE

II - os direitos à intimidade e ao sigilo de dados se caracterizam como direitos fundamentais de 2ª dimensão, de caráter não absoluto, passíveis de ponderação em face da análise de casos concretos.

A respeito das asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 41

Determinado Estado Federado instituiu Região Metropolitana, mediante lei complementar, conforme os ditames do Art. 25, § 3º da Constituição Federal.

Para esta Região Metropolitana, é correto afirmar que

a) os serviços locais de gás canalizado serão explorados pelo Estado, admitindo-se delegação da titularidade de tais serviços aos municípios que integrem a Região Metropolitana.

b) não se pode atribuir caráter compulsório de participação aos municípios na Região Metropolitana, sob pena de lesão ao pacto federativo e à autonomia municipal, sendo necessária a aprovação pela câmara municipal para sua participação.

c) a instituição de tributos de competência municipal deve ser previamente avaliada por órgão metropolitano, a fim de que sejam dirimidos eventuais conflitos.

d) em que pese possuir atribuição de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, os serviços públicos de interesse local, excetuado-se os de transporte coletivo intramunicipal, continuam sendo de competência municipal.

e) apesar de não possuir personalidade política, a Região Metropolitana pode implementar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum por meio de pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 42

Heródoto omitiu, de forma consciente e voluntária, informações relevantes sobre fato gerador de tributo à autoridade fazendária, com o intuito de reduzir o seu valor. Ao descumprir a obrigação de prestar informações ao fisco, Heródoto efetivamente recolheu tributo em valor menor do que o efetivamente devido, de acordo com as normas tributárias vigentes. Ao tomar conhecimento do fato, o Ministério Público, antes da solução definitiva do processo administrativo fiscal de lançamento, ofereceu denúncia, atribuindo a Heródoto a prática do crime previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8137/90.

Considerando-se a situação descrita e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público

a) não agiu acertadamente, uma vez que o crime em questão é de ação penal privada, a qual só pode ser intentada pelo credor tributário.

b) agiu acertadamente, uma vez que o fato narrado na denúncia caracteriza crime material contra a ordem tributária previsto na Lei nº 8.137/90.

c) não agiu acertadamente, pois a representação da autoridade fiscal é condição de procedibilidade da ação penal nessa espécie de crime.

d) agiu acertadamente, uma vez que, embora o crime denunciado não tenha se consumado, o agente deve ser responsabilizado pela modalidade tentada.

e) não agiu acertadamente, uma vez que, embora o crime previsto no art. 1º, Inciso I, da Lei nº 8.137/90 seja de ação penal pública incondicionada, o fato denunciado é atípico.

QUESTÃO 43

Consoante o Código Penal Brasileiro e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o crime de descaminho

a) é um crime funcional contra a administração tributária.

b) consiste na importação ou exportação de mercadoria proibida.

c) está previsto no mesmo dispositivo legal que trata do crime de contrabando.

d) é crime formal, razão pela qual o pagamento do tributo não enseja extinção da punibilidade.

e) é crime contra a Administração Pública, razão pela qual não se admite a aplicação do princípio da insignificância.

QUESTÃO 44

“A” alienou seu estabelecimento empresarial para “B” no dia 07 de outubro de 2019. O contrato de trespasse foi devidamente averbado na Junta Comercial em 28 de outubro de 2019 e publicado na Imprensa Oficial no dia 04 de novembro de 2019. Porém, com a transferência do estabelecimento, não restaram ao alienante bens suficientes para solver o seu passivo. Além disso, a escrituração do alienante estava irregular, sendo que alguns débitos constituídos antes da publicação do contrato de trespasse não estavam regularmente contabilizados. Por fim, o contrato entabulado entre as partes foi omissivo sobre a possibilidade de o alienante reestabelecer-se em outra empresa destinada ao mesmo ramo de atividade daquele que foi objeto da negociação.

Com base nesse caso hipotético e considerando-se as regras dispostas no Código Civil sobre o estabelecimento empresarial, é correto afirmar que

- a) o adquirente responde pelos débitos anteriores à transferência, ainda que não estejam regularmente contabilizados, pois o objetivo da lei é oferecer mais garantias aos credores do estabelecimento.
- b) o trespasse não acarreta a cessão dos créditos do estabelecimento, de forma que os devedores do empresário “A” somente ficarão exonerados do vínculo obrigacional se pagarem a dívida ao alienante.
- c) com base nas peculiaridades do caso hipotético descrito, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- d) como o contrato não contempla a cláusula de não reestabelecimento, o empresário “A” pode explorar um novo negócio em ramo idêntico ou similar ao que foi objeto da alienação, pois o que se transferiu para o adquirente foi o estabelecimento e não a sua clientela.
- e) o alienante responde solidariamente com o adquirente pelos débitos constituídos antes do dia 04 de novembro de 2019, pelo prazo de dois anos, cujo termo inicial é necessariamente a data da publicação na Imprensa Oficial, independentemente se a dívida estiver vencida ou não.

QUESTÃO 45

A decretação da falência pressupõe um pedido devidamente fundamentado com base em algumas das hipóteses legais previstas na Lei 11.101/05.

Nesse sentido, avalie as afirmações sobre os fundamentos que podem embasar o pedido de falência no direito brasileiro.

I - Independentemente do fundamento invocado pelo autor do pedido, este tem o ônus de comprovar a insolvência econômica do réu, que se caracteriza com a demonstração contábil de que o ativo do devedor é insuficiente para pagar o seu passivo.

II - Conforme a Lei 11.101/05, a falência pode ser decretada com base na insolvência confessada pelo próprio devedor, no pedido de autofalência, assim como pela presunção de insolvência, que se verifica na impontualidade injustificada, na execução frustrada ou na prática dos chamados atos de falência.

III - O credor de uma duplicata mercantil devidamente protestada para fins falimentares, no valor atualizado e equivalente a 30 (trinta) salários mínimos, que não foi paga no vencimento, sem relevante razão de direito, tem um título idôneo para embasar o pedido de falência do respectivo devedor, mesmo sem ter promovido a execução individual anteriormente.

IV- A chamada execução frustrada, hipótese prevista no artigo 94, inciso II, da Lei 11.101/05, caracteriza-se quando o devedor, em um cumprimento de sentença ou em uma ação autônoma de execução, é citado para realizar o pagamento de quantia líquida, porém não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal.

V- O devedor que comprovadamente simulou a transferência do principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação, a fiscalização ou para prejudicar algum credor praticou ato que gera a presunção da sua insolvência e que autoriza a decretação da falência, nos termos da Lei 11.101/05.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e V.
- b) III e V.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, IV e V.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

QUESTÃO 46

A respeito do IPTU, das taxas e das contribuições cobradas pelo Município de Contagem, nos termos do Decreto nº 311/2006 e do Decreto nº 916/2019, é correto afirmar que

a) a CCSIP será devida mensalmente e sua cobrança se efetivará na fatura de consumo de energia elétrica, não estando prevista hipótese de pagamento anual.

b) a TCRS é calculada com base no custo total do serviço de coleta, sendo fixado valor único por edificação, independentemente da frequência em que o referido recolhimento é realizado.

c) a legislação municipal prevê única possibilidade de isenção do IPTU e da TCRS do exercício de 2019, qual seja, para os imóveis com utilização exclusivamente residencial cujo valor venal, em 1º de abril de 2019, não ultrapasse R\$153.552,00 (cento e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais).

d) o valor da taxa de limpeza pública será reduzido a 50% (cinquenta por cento) quando a unidade imobiliária estiver localizada em logradouro do beneficiado pelo serviço de limpeza pública, mas sujeita à prestação de serviços especiais de coleta de lixo e/ou de resíduos industriais ou comerciais, contratados ou geridos pelo Município.

e) a remissão total ou parcial do crédito tributário ou fiscal de IPTU, TCRS e CCSIP poderá ser concedida em caso de comprovada existência de patologia incapacitante de natureza grave, crônica ou terminal, apenas nos casos de o portador da doença ser contribuinte proprietário de imóvel utilizado exclusivamente para sua moradia e de sua família.

QUESTÃO 47

Avalie as afirmações a seguir acerca dos impostos municipais, nos termos do Código Tributário do Município de Contagem (Lei nº 1.611/1983).

I - O valor da taxa de fiscalização judiciária integrará a base de cálculo do ISSQN devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

II - O fato gerador do ITBI também abrange a dação em pagamento e a permuta de bens imóveis e de direitos a eles relativos.

III - No caso de imóvel objeto de promessa de compra e venda, devidamente averbada no cartório de registro de imóveis, o lançamento do IPTU será feito em nome do promissário-vendedor até que a venda, de fato, se efetive.

IV - Para fins de definição da base de cálculo do ITBI, na avaliação serão considerados, dentre outros elementos, o zoneamento urbano, as características da região, do terreno e da construção, além dos valores aferidos no mercado imobiliário.

V - Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselhar em tratamento fiscal mais adequado, a base de cálculo do ISSQN poderá, a critério da autoridade competente ou mediante requerimento do sujeito passivo, ser fixada por estimativa, individualmente, por atividade ou grupo de atividade, observadas as condições regulamentares.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, III e V.
- e) II, IV e V.

QUESTÃO 48

No que tange às obrigações acessórias do ISSQN no Município de Contagem, é **INCORRETO** afirmar que

a) no Município de Contagem a NFSA-e se destina tão somente aos contribuintes do ISSQN não cadastrados no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município.

b) os autônomos prestadores de serviços, os cartórios e as empresas de transporte coletivo de pessoas, permissionárias do transporte público municipal, são exemplos de contribuintes que estão desobrigados da utilização da NFSA-e.

c) a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Fazenda e o sujeito passivo dos tributos municipais se dará através do Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DEC), servindo esse instrumento como meio legal de comunicação, intimação e notificação.

d) são exemplos de infrações sujeitas às penalidades previstas na legislação vigente: deixar de escriturar eletronicamente as operações econômico-fiscais, sujeitas ou não ao imposto, e deixar de efetuar o encerramento de suas operações fiscais no prazo estabelecido em regulamento.

e) considera-se tomador de serviços estabelecido no Município a pessoa jurídica de direito público e privado nele sediada, caracterizada como unidade econômica e regularmente inscrita no Município, possuindo número de Inscrição Municipal e CNPJ, com obrigação de registro de serviços tomados exigida pela legislação municipal.

QUESTÃO 49

Acerca do ISSQN de profissionais autônomos e das sociedades de profissionais, nos termos da legislação municipal de Contagem, é correto afirmar que

a) o contribuinte deverá requerer à administração tributária o seu enquadramento como sociedade de profissionais liberais, podendo, a qualquer momento, reconsiderar e alterar a sua opção dentro do mesmo exercício.

b) não se considera sociedade de profissionais aquela que apresentar existência de filial, agência, posto de atendimento, escritório de representação ou contato ou qualquer outro estabelecimento descentralizado.

c) o ISSQN das sociedades de profissionais será calculado tão somente para aqueles que figurarem como sócios em nome da sociedade, sendo fixado um valor único sem limitação ao número de profissionais habilitados.

d) o ISSQN da sociedade de profissionais será exigido mensalmente em relação a cada sócio da sociedade bem como em relação a cada profissional habilitado, desde que empregado, levando-se em consideração o preço dos serviços mediante a aplicação das alíquotas correspondentes.

e) o ISSQN será devido mensalmente quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, na qual ocorre o simples fornecimento de trabalho por profissional autônomo que possuir até 5 (cinco) empregados na mesma qualificação profissional.

QUESTÃO 50

O prazo para pagamento dos tributos previsto na legislação municipal de Contagem para

a) a TFA será em 30 de outubro.

b) a TFLF será em 14 de fevereiro.

c) o ITBI será antes da lavratura do respectivo instrumento público.

d) a TFLOS, considerando-se o ano de início das atividades, será no final do respectivo exercício financeiro.

e) para o ISSQN, próprio ou retido na fonte, será até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

QUESTÃO 51

Em relação ao IPTU na legislação municipal de Contagem, é correto afirmar que

- a) no caso de condomínio de unidades imobiliárias autônomas, o lançamento será feito para cada condômino proprietário, individualmente.
- b) ele é devido anualmente e poderá ser concedido desconto, a ser definido em regulamento, ao contribuinte que efetuar o pagamento em até duas cotas.
- c) o lançamento do IPTU será efetuado sobre todos os imóveis situados dentro da zona urbana definida por lei, excluídas as demais áreas situadas fora desse perímetro.
- d) quando o terreno estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do inventariante, transferindo-se para o dos sucessores após realizada a partilha.
- e) o carnê de pagamento do IPTU será entregue pelo serviço postal, exigindo-se declaração de recebimento por parte do contribuinte ou responsável. Caso não receba a guia até 10 (dez) dias antes do prazo para o seu vencimento relativamente a cada exercício, deverá requerer a segunda via na Superintendência da Receita.

QUESTÃO 52

Avalie o que se afirma em relação ao Código Tributário do Município de Contagem.

- I - O recurso de ofício poderá ser interposto por simples declaração da autoridade na própria decisão proferida.
- II - A recusa do recebimento do termo ou auto lavrado em diligências de fiscalização em nada aproveitará ao fiscalizado nem lhe acarretará prejuízo algum.
- III - É permitido ao contribuinte reunir, em uma só petição, recurso ou reclamação referente a mais de um processo, desde que versem sobre o mesmo assunto.
- IV - Independentemente de prévia instauração de processo, sempre que o servidor fiscal exigir, as pessoas sujeitas à fiscalização exibirão ao mesmo todos os documentos, em uso ou arquivados, que forem julgados necessários.
- V - Em caso de flagrante infração à lei municipal poderão ser apreendidas coisas móveis, inclusive

documentos existentes em poder do infrator, designando a autoridade autuante o depositário que considerar idôneo, desde que não seja o próprio detentor.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, IV e V.
- e) II, III e V.

QUESTÃO 53

Considerando-se a Lei Complementar nº 250/2018 que fixa, dentre outros assuntos, a modernização da administração pública do Município de Contagem, associe corretamente o cargo ou órgão à sua atribuição.

CARGO OU ÓRGÃO

- (1) Auditor Fiscal
- (2) Secretaria Municipal de Fazenda
- (3) Comitê de Administração Fazendária e Política Tributária (CAF)
- (4) Fundo de Modernização e Aprimoramento da Administração Tributária de Contagem

ATRIBUIÇÕES

- () Subsidiar e acompanhar a fixação de metas tributárias para cada exercício civil.
- () Órgão responsável pela administração de cadastros tributários, lançamento tributário, fiscalização tributária dentre outras ações permanentes.
- () Aprimoramento profissional de servidores de carreira, com autonomia administrativa e financeira, nos limites da legislação em vigor e nos termos do regulamento da LC nº 250/2018.
- () Constituição de crédito tributário pelo lançamento, revisão, alteração, exclusão e cancelamento, fiscalização tributária e demais atos que importem no exercício do poder de polícia fiscal tributária.

A sequência correta dessa associação é

- a) 2, 3, 4, 1.
- b) 3, 4, 2, 1.
- c) 2, 3, 1, 4.
- d) 3, 2, 4, 1.
- e) 2, 4, 1, 3.

QUESTÃO 54

No que se refere à fiscalização e aos procedimentos a serem adotados pela autoridade administrativa no Município de Contagem, é correto afirmar que

- a) a ação do servidor fiscal poderá estender-se além dos limites do município, desde que prevista em convênio ou a administração entenda ser necessária.
- b) enquanto não decair o direito da Fazenda Municipal de constituir o crédito tributário, o exame para a homologação fiscal poderá ser repetido por até 3 (três) vezes.
- c) no auto de infração, a assinatura do infrator ou de quem o represente constitui formalidade essencial à sua validade e, embora não implique confissão, a recusa de apô-la agravará a pena.
- d) a entrada do servidor fiscal nos estabelecimentos está sujeita a algumas formalidades, dentre elas a imediata identificação aos encarregados diretos e presentes no local, além de força policial para que possam adentrar os respectivos estabelecimentos, em qualquer circunstância.
- e) o contribuinte ou a pessoa atuada poderá apresentar impugnação ou reclamação à autoridade fazendária responsável pelo setor no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação ou da intimação, protocolando-a na repartição fazendária competente, desde que acompanhado por advogado habilitado para essa representação.

QUESTÃO 55

Considerando-se a legislação municipal vigente em Contagem, no tocante às isenções, é **INCORRETO** afirmar que

- a) as vagas de garagem constituídas em imóveis autônomos estão isentas da TCRS.
- b) o prestador que ministre ensino especial a deficiente físico e/ou a excepcional, nos termos da legislação federal e estadual, está isento de ISSQN.
- c) os beneficiários de isenção de tributos municipais que infringirem as disposições legais ficarão privados dos respectivos benefícios por um exercício, independentemente se forem reincidentes no cometimento da infração.
- d) as pessoas naturais que, sob a forma de trabalho pessoal, por conta própria, sem porta aberta ao público, prestem serviços de alfaiate, artesão, barbeiro, cabeleireiro, copeira, costureira, cozinheiro, doceira, estofador, faxineira, lavadeira, manicure, modista ou salgadeira estão isentas de ISSQN.

e) em processos de pedido de reconhecimento de imunidade e de isenção, é permitida a reunião de vários pedidos em um único processo, a critério da Subsecretaria de Receita Municipal, desde que sejam de um mesmo requerente, versem sobre o mesmo assunto, estejam devidamente instruídos e não seja comprometida a celeridade da decisão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 56

Segundo o Código Tributário Nacional, são características do conceito de tributo, **EXCETO**:

- a) é instituído mediante lei ordinária, em regra.
- b) configura prestação pecuniária obrigatória e não sancionatória.
- c) trata-se de receita originária do Estado decorrente de sua atuação.
- d) o pagamento poderá ser realizado em moeda ou em cujo valor nela se possa exprimir.
- e) a cobrança e a fiscalização ocorrerão mediante atividade administrativa em caráter vinculado.

QUESTÃO 57

Competência tributária e capacidade tributária ativa são institutos que não se confundem. Enquanto a competência se traduz na aptidão conferida pelo texto constitucional para instituir e legislar sobre tributos, a capacidade tributária ativa corresponde às funções de arrecadar, fiscalizar e executar.

Em razão dessa distinção, é correto afirmar que

- a) o não exercício da competência tributária legitima a sua delegação a outra pessoa jurídica de direito público.
- b) a capacidade tributária ativa, quando delegada, não poderá ser revogada unilateralmente pelo concedente.
- c) o Distrito Federal possui competência residual em relação aos impostos dos Estados, nos termos da Constituição Federal.
- d) a função de arrecadar tributos atribuída a uma pessoa jurídica de direito privado constitui hipótese de delegação de competência.
- e) a capacidade tributária ativa em relação ao ITR poderá ser delegada pela União aos municípios mediante convênio, hipótese em que caberá a este a integralidade da exação.

QUESTÃO 58

Considere as legislações hipotéticas descritas a seguir.

A Lei Municipal nº 1.234, de 25/06/2019, determinou a majoração da alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) de 2,5% para 3%. A Lei Municipal nº 5.678, de 02/08/2019, aumentou a base de cálculo do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), em virtude de reavaliações imobiliárias, e reduziu a alíquota do imposto predial de 4% para 2%.

Considerando-se essa situação, é correto afirmar que a alteração promovida no ISSQN

a) e no IPTU somente poderá ser cobrada a partir de 1º/01/2020.

b) poderá ser cobrada após 90 dias, enquanto as novas alíquota e base de cálculo do IPTU poderão ser cobradas em 1º/01/2020.

c) poderá ser cobrada em 90 dias, enquanto as novas alíquota e base de cálculo do IPTU poderão ser cobradas imediatamente.

d) e na base de cálculo do IPTU somente poderá ser cobrada a partir de 1º/01/2020, enquanto a nova alíquota do IPTU poderá ser cobrada imediatamente.

e) e na alíquota do IPTU somente poderá ser cobrada a partir de 1º/01/2020, enquanto a nova base de cálculo do IPTU apenas poderá ser cobrada após 90 dias.

QUESTÃO 59

Avalie o que se afirma em relação às garantias e privilégios do crédito tributário previstos no Código Tributário Nacional.

I - Serão consideradas fraudulentas as alienações realizadas após a citação do devedor em processo de execução fiscal.

II - Ainda que reservado patrimônio suficiente ao total pagamento da dívida inscrita, presume-se fraudulenta a alienação de bens que vier a ser realizada pelo devedor.

III - A determinação de indisponibilidade de bens do devedor tributário somente poderá acontecer após o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis.

IV - O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

V - Responde pelo pagamento do crédito tributário, em qualquer hipótese, a totalidade dos bens e das rendas, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I e II.

b) III e IV.

c) I, II e V.

d) I, IV e V.

e) III, IV e V.

QUESTÃO 60

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

O partido político Z é proprietário de dois galpões no Município X, sendo um deles utilizado para a sede de suas atividades e o outro alugado pela empresa W que atua no ramo de transportes coletivos; o partido político Z não paga IPTU sobre os dois galpões

PORQUE

ainda quando alugado a terceiros, o imóvel permanecerá desonerado da obrigação tributária principal no que se refere ao IPTU em razão da imunidade prevista no texto constitucional, desde que os valores auferidos sejam revertidos para as suas atividades essenciais.

A respeito das asserções é correto afirmar que

a) as duas são falsas.

b) a primeira é verdadeira e a segunda falsa.

c) a primeira é falsa e a segunda verdadeira.

d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 61

Associe corretamente a denominação às suas características.

DENOMINAÇÕES

- (1) Extinção do crédito tributário
- (2) Exclusão do crédito tributário
- (3) Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

CARACTERÍSTICAS

- () Dação em pagamento de imóveis.
- () Perdão da multa antes do lançamento.
- () Reclamações e recursos em âmbito administrativo.
- () Perdão do valor a título de ISSQN após o lançamento.
- () Concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- () Perdão do valor a título de ITBI antes da constituição do crédito.
- () Depósito do montante integral em ação anulatória de débito fiscal.
- () Dilação do prazo para pagamento do IPTU em virtude de fortes chuvas.

A sequência correta dessa associação é

- a) 1, 2, 3, 1, 3, 2, 3, 3.
- b) 3, 2, 1, 2, 3, 2, 3, 1.
- c) 2, 1, 1, 3, 2, 1, 2, 3.
- d) 3, 2, 3, 1, 1, 3, 2, 1.
- e) 1, 1, 3, 2, 2, 3, 1, 2.

QUESTÃO 62

Com base nas regras do Código Tributário Nacional, avalie o que se afirma acerca da solidariedade e da responsabilidade tributária.

I - São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, bem como aquelas que a lei designar.

II - O sócio quotista é pessoalmente responsável pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

III - A solidariedade tributária respeita o benefício de ordem, de modo a se exigir, inicialmente, a obrigação do contribuinte principal, entendido como aquele que praticou o fato gerador em maior proporção.

IV - Os sucessores e o cônjuge meeiro são, pessoalmente, responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) II.
- b) IV.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) I, II e III.

QUESTÃO 63

Suponha que em determinado município o IPTU siga a sistemática de lançamento por ofício.

Considerando-se que o fato gerador do referido imposto ocorre em 1º de janeiro de cada ano e que o prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, é correto afirmar que o prazo

- a) decadencial se iniciará imediatamente após a prática do fato gerador.
- b) prescricional se iniciará imediatamente após a prática do fato gerador.
- c) decadencial se iniciará no primeiro dia do exercício financeiro seguinte em que poderia ser efetuado o lançamento.
- d) prescricional se iniciará no primeiro dia do exercício financeiro seguinte em que poderia ser efetuado o lançamento.
- e) decadencial se iniciará somente após o transcurso do prazo de 30 (trinta) dias, quando ocorre a constituição definitiva do crédito tributário.

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

QUESTÃO 64

Ao se fazer um registro contábil de um débito no ativo e de um crédito no patrimônio líquido, ambos do mesmo valor, tal registro representa

- a) o pagamento de dividendos.
- b) o pagamento de um fornecedor.
- c) a integralização de capital social.
- d) a aquisição de um veículo à vista.
- e) a aquisição de um veículo a prazo.

QUESTÃO 65

Uma empresa apresentava os seguintes saldos em seu patrimônio líquido, em 31/12/2018:

Capital social: R\$ 600.000,00

Reserva de lucros: R\$ 120.000,00

No exercício de 2019, a empresa apurou lucro líquido no valor de R\$ 50.000,00, distribuiu dividendos no valor de R\$ 15.000,00 e destinou o restante do lucro líquido para a reserva de lucros.

Com base apenas nessas informações, o valor do patrimônio líquido da empresa em 31/12/2019, em R\$, é de

- a) 720.000,00.
- b) 735.000,00.
- c) 755.000,00.
- d) 770.000,00.
- e) 785.000,00.

QUESTÃO 66

A Cia ABC realizou vendas no valor de R\$ 100.000,00 em jan./2020. Desse valor, 60% foram recebidos no mês da venda e o restante será recebido no mês seguinte.

Em relação a essa operação e com base na NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, a empresa deve reconhecer receitas de vendas no valor de

- a) R\$ 100.000 em jan./2020, considerando-se o regime de caixa.
- b) R\$ 100.000 em jan./2020, considerando-se o regime de competência.
- c) R\$ 100.000 em fev./2020, considerando-se o regime de competência.
- d) R\$ 60.000 em jan./2020 e de R\$ 40.000,00 em fev./2020, considerando-se o regime de caixa.
- e) R\$ 60.000 em jan./2020 e de R\$ 40.000,00 em fev./2020, considerando-se o regime de competência.

QUESTÃO 67

Uma empresa adquiriu, em 01/ago./2019, um ativo imobilizado por R\$ 8.000,00 com valor residual de R\$ 2.000,00 e vida útil de 5 anos.

Com base nas informações fornecidas, avalie o que se afirma.

I - O valor da depreciação acumulada ao final do exercício de 2019 é de R\$ 500,00, se adotado o método da linha reta.

II - Por ter sido adquirido no segundo semestre do ano, a depreciação do bem não deve ser reconhecida no exercício de 2019.

III - O valor da depreciação acumulada ao final do exercício de 2019 é de R\$ 1.000,00, se adotado o método da soma dos dígitos dos anos.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

QUESTÃO 68

O contador da Empresa Alfa, ao elaborar as demonstrações contábeis da empresa, obteve do sistema contábil, após a apuração do resultado, os seguintes relatórios referentes ao exercício findo em 31/12/2019.

BALANÇO PATRIMONIAL – 31/12/2019 (Valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalente de caixa	534	Contas a pagar	210
Contas a receber de clientes	1.110	Fornecedores	680
Estoques	1.750	Financiamentos	60
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	1.256	Financiamentos	180
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	2.800
		Reserva de lucros	720
TOTAL	4.650	TOTAL	4.650

DRE – 31/12/2019 (Valores expressos em milhares de reais)	
Receita líquida de vendas	5.300
Custos das vendas	(3.200)
Lucro bruto	2.100
Despesas com vendas	(620)
Despesas gerais e administrativas	(345)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros e dos impostos	1.135
Receitas financeiras	63
Despesas financeiras	(89)
Lucro antes dos impostos	1.109
Impostos sobre o lucro	(377)
Lucro líquido do exercício	732

Ao analisar os dados obtidos, o contador identificou a ausência da contabilização da depreciação do ativo imobilizado para o referido exercício, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Após fazer essa retificação, o efeito sobre as demonstrações anteriormente apresentadas será de uma redução

- a) do caixa e do ativo imobilizado.
- b) do ativo não circulante e do lucro operacional.
- c) do imobilizado e do aumento do lucro operacional.
- d) do caixa e do aumento das despesas gerais e administrativas.
- e) das despesas gerais e administrativas e do aumento do lucro operacional.

QUESTÃO 69

No setor público, de acordo com a Lei no 4.320/64, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação.

Com base nessa afirmação, na Lei nº 4.320/64 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é correto afirmar que

- a) a contabilidade aplicada ao setor público deve evidenciar as variações patrimoniais, resultantes da execução orçamentária.
- b) exige-se que sejam evidenciados os fatos ligados à execução financeira e patrimonial, bem como à apuração de custos, de forma que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado de determinado exercício.
- c) na contabilidade aplicada ao setor público deve-se utilizar o regime da competência em sua integralidade, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio são reconhecidos quando ocorrem o recebimento ou o pagamento.
- d) há a exigência de que as despesas orçamentárias sejam empenhadas ou que as receitas orçamentárias sejam efetivamente arrecadadas para que haja o devido reconhecimento, sob o ponto de vista patrimonial.
- e) o registro da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) ou Aumentativa (VPA), em razão do fato gerador e de sua consequência para o patrimônio, busca evidenciar o impacto no orçamento público.

QUESTÃO 70

A partir do contexto apresentado, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

Considerando-se que determinada receita tenha sido arrecadada e permaneça no caixa, integrando o ativo financeiro do ente público ao fim do exercício, e que exista, concomitantemente, despesa empenhada com a ocorrência de fato gerador, mas sem a correspondente liquidação, deverá

I - ser registrado o passivo financeiro correspondente ao empenho, atendidos os demais requisitos legais;

PORTANTO,

II - a receita poderá ser utilizada para abertura de novo crédito.

Em relação às asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda conclui a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não conclui a primeira.

QUESTÃO 71

Com base no artigo 167 da Constituição da República de 1988, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A criação de vinculações para as receitas deve ser pautada em mandamentos legais que regulamentam a aplicação de recursos, seja para funções essenciais, seja para entes, órgãos, entidades e fundos.

PORÉM

II - devem-se observar, ainda, especificações infralegais, tipo de vinculação derivada de convênios e contratos de empréstimos e financiamentos, cujos recursos são obtidos com finalidade específica.

Em relação às asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda complementa a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não complementa a primeira.

QUESTÃO 72

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Os recursos financeiros oriundos do cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar não podem ser reconhecidos como receita orçamentária

PORQUE

II - trata-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores e não de uma nova receita a ser registrada.

Em relação às asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 73

Considerando o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), associe corretamente a espécie de renúncia de receita à sua definição.

ESPÉCIES

- (1) Anistia
- (2) Remissão
- (3) Crédito presumido
- (4) Isenção

DEFINIÇÕES

() Representa o montante do imposto cobrado na operação anterior e objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não cumulativos, pelo qual o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria.

() Perdoa a multa, visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu.

() Renúncia em que há a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido.

() Perdão da dívida, que se dá em determinadas circunstâncias previstas na lei, tais como valor diminuído da dívida, situação difícil que torna impossível ao sujeito passivo solver o débito, inconveniência do processamento da cobrança dado o alto custo não compensável com a quantia em cobrança, probabilidade de não receber, erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, equidade, entre outros.

A sequência correta dessa associação é

- a) 3, 1, 4, 2.
- b) 3, 4, 1, 2.
- c) 2, 1, 4, 3.
- d) 2, 3, 4, 1.
- e) 4, 1, 3, 2.

QUESTÃO 74

Sobre as transferências constitucionais e legais, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - No momento do ingresso efetivo do recurso de transferências constitucionais e legais, o ente receptor deverá efetuar a baixa do direito a receber (ativo) em contrapartida do ingresso no banco; simultaneamente deve-se registrar a receita orçamentária realizada em contrapartida da receita a realizar nas contas de controle da execução do orçamento,

PORQUE

II - esse procedimento ocasiona a formação de um superávit financeiro superior ao lastro financeiro existente no ente receptor.

Em relação às asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 75

A partir das definições da Lei nº 4.320/64, é **INCORRETO** afirmar que

a) a dívida flutuante é compreendida pelos restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; pelos serviços da dívida a pagar; pelos depósitos e os débitos de tesouraria.

b) a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância, obedecidas as disposições do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, e realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

c) o balanço patrimonial deve demonstrar o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação.

d) a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas constituições e nas leis orgânicas dos municípios compor-se-á de mensagem, projeto de lei de orçamento e tabelas explicativas.

e) acompanharão a Lei de Orçamento o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo; o quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas; o quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação e o quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

CONCURSO PÚBLICO PPEF MUNICIPAL DE CONTAGEM

Edital PMC Nº D3/2019 e Ratificações

CARGO: AUDITOR FISCAL - ESPECIALIDADE FISCALIZAÇÃO

GABARITO (RASCUNHO)

LÍNGUA PORTUGUESA

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E

MATEMÁTICA E LÓGICA

06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E

SISTEMAS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E

ECONOMIA, FINANÇAS PÚBLICAS, ÉTICA

24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E

AUDITORIA

29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E

DIREITO (ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL, PENAL E EMPRESARIAL)

36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E
51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E

DIREITO TRIBUTÁRIO

56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E
61	A	B	C	D	E
62	A	B	C	D	E
63	A	B	C	D	E

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

64	A	B	C	D	E
65	A	B	C	D	E
66	A	B	C	D	E
67	A	B	C	D	E
68	A	B	C	D	E
69	A	B	C	D	E
70	A	B	C	D	E
71	A	B	C	D	E
72	A	B	C	D	E
73	A	B	C	D	E
74	A	B	C	D	E
75	A	B	C	D	E

O gabarito e o caderno de provas serão divulgados no endereço eletrônico:

concurso.fundacaocefetminas.org.br

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.